



# Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB - 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dufflio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 1995**

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Irineu Colombo e Nelson Garcia.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Élio Rusch, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antonio Belinati, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, Luiz Accorsi, Nelson Tureck, Nereu Moura, Péricles Mello, Renato Adur e Toti Colaço (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 990**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129 e seguintes do Reg.Interno), REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e do Desporto, solicitando o reconhecimento do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Maringá - Paraná, com a maior urgência.

Sala das Sessões, em 27.04.95.

(a) WALMOR TRENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

É notório que a saúde pública e privada do País passa por dificuldades. Há falta de hospitais, médicos e principalmente de recursos financeiros para o setor.

Para amenizar os efeitos da insuficiência e da assistência médica, tentam as instituições educacionais, através das Faculdades de Medicina graduar o profissional da área.

A Universidade Estadual de Maringá, há mais de seis anos implantou o Curso de Medicina e até o momento não foi reconhecido pelo Ministério da Educação e do Desporto, impedindo os profissionais de exercer as suas funções.

Até o momento, todos os bacharéis encontram-se laborando no Hospital Universitário ou em outros hospitais auxiliando demais profissionais diplomados.

A cidade de Maringá - Paraná, onde se encontra a Universidade Estadual, já conta com aproximadamente 300.000 habitantes sendo que a medicina também é precária.

De Maringá até a divisa do Estado do Paraná, resta toda essa região abrangida pela Faculdade de Medicina da UEM.

A situação é de extrema preocupação. Acadêmicos da UEM depositam sua confiança na Instituição, acreditando que dentro do prazo de 05 (cinco) anos obteriam o Diploma Universitário. Expirou-se este prazo e muito além; por 02 (dois) anos nada foi resolvido.

A todo ano novos acadêmicos ingressam na UEM para assistir aulas da mais solicitada Faculdade de nível superior do País (Medicina). São acadêmicos de pelo menos cinco Estados-membros da Federação, que lutaram para conquistar a cadeira de estudante de Medicina e consequentemente, o título de Bacharel.

Foram muitos dias de estudo dispendidos não só nos "cursinhos", como na Faculdade, além das despesas com material acadêmico e outras. Por isso, solicito a Vossa Excelência o reconhecimento do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Maringá-Pr, com a maior brevidade possível.

A pretensão vem de encontro aos interesses do Governo Federal, Estadual e da comunidade de Maringá e região.

**REQUERIMENTO N° 991**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições (art.129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, solicitando Patrulha Rural para o Município de Querência do Norte.

Sala das Sessões, em 27.04.95

(a) WALMOR TRENTINI

## JUSTIFICATIVA:

É sabidamente que o município de Quêrência do Norte é o maior produtor de grãos na região noroeste do Paraná, e o primeiro no cultivo de arroz irrigado e também grande produtor de algodão.

Em área de 4.300 alqueires encontram-se 330 famílias de "sem terra", cultivando em média 05 alqueires cada uma.

Por isso, solicitamos a Vossa Excelência o fornecimento de Patrulha Rural para o referido município, a fim de aumentar a produção com maior participação do Governo no amparo do produtor descapitalizado e decisiva participação do Ministério no resgate de compromissos junto aos "sem terras".

Também ficará incumbido ao município administrar a Patrulha Rural no interesse social e comunitário da população agrícola.

A pretensão vem de encontro aos interesses do Governo Federal e do município.

## REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, para que a mesma proceda a recolocação dos ônibus que transportavam as crianças que residem na área rural para a escola.

O pedido está sendo feito pelos pais dessas crianças, os quais afirmam que a Prefeitura retirou esses ônibus escolares e não há como chegarem nas escolas, tendo em vista que não há ônibus particular ou de linha que faça esse trajeto. As crianças estão sem frequentar as aulas, causando um sério problema a todos.

Pedem providências urgentes pois só a Prefeitura poderá resolver este problema que vem prejudicando os pais de alunos da área rural.

Sala das Sessões, em 27.04.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 993

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de reiterar o pedido feito através de nosso Requerimento n° 6450/94 e n° 2130/94/DA/CEA/SC da Assembléia Legislativa referente a instalação de um aparelho telefônico público no Bar e Mercearia do Toninho, localizado na Rua Getúlio Vargas n° 53 - Lamenha Grande - Jardim São Carlos II, Município de Almirante Tamandaré.

A solicitação não foi atendida e não recebemos uma resposta, motivo pelo qual os moradores do local reiteram o pedido, uma vez muita falta está fazendo a todos o telefone reivindicado.

Sala das Sessões, em 27.04.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Mui Digno Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a liberação de material e tubulação para a conclusão de poços semi-artesianos nas Comunidades de Ventania e Gereba, Município de Pérola.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gentil Scalco, Mui Digno Prefeito Municipal de Pérola (Rua Rosário, 202 CEP 87540-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Melo, 3800 Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 27.04.95.

(a) NELSON GARCIA

## JUSTIFICATIVA:

A conclusão de tais postos semi-artesianos é uma justa reivindicação das comunidades de Ventania e Gereba, onde muitas famílias necessitam do abastecimento de água.

Já se encontra na SANEPAR o projeto elaborado pela Prefeitura Municipal, onde especifica a tubulação e materiais necessários para a conclusão das obras. É importante salientar que a Prefeitura de Pérola já construiu a casa que abriga os equipamentos do poço da Comunidade Ventania.

## REQUERIMENTO N° 995

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Dr. Hirotohi Taminato, Mui Digno Diretor Superintendente da SUCEAM, solicitando a liberação de 200 (duzentos) tubos de 0,60m de diâmetro, para serem utilizados nas obras de combate à erosão, na Rua Carlos Gomes - Estrada Madrigal, na sede do Município de Pérola.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gentil Scalco, Mui Digno Prefeito Municipal de Pérola (Rua Rosário, 202 - CEP 87540-000) e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Rua Des. Munhoz de Melo, 3800 - Ed. Centro Comercial, conj. 101, Umuarama, CEP 87501-190).

Sala das Sessões, em 27.04.95.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista as características de solo que permite desagregação, a Rua Carlos Gomes/Estrada Madrigal no Município de Pérola sempre enfrentou problemas de erosão, se intensificando com o excesso de chuvas que caíram na região nos últimos meses.

É importante salientar que a Prefeitura Municipal tem urgência na conclusão das obras, de modo que executará com recursos próprios os serviços de escavação e cederá pedras, areia, tijolos, ferro e outros materiais.

Assim, torna-se imprescindível a colaboração desta Pasta na liberação dos tubos já especificados.

**Projetos de Lei:**

PROJETO DE LEI Nº 140/95

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - O artigo 72, da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 72 - A autoridade florestal no Estado, prevista nesta lei, será a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ou órgão sucedâneo definido em lei."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.95.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Albano Gomes, Edson Silva Lino, César Seleme, Edno Guimarães, Renato Adur, Sâmis da Silva, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Milton Puppio, Durval Amaral, Antonio Annibelli e Sérgio Spada.

**JUSTIFICATIVA:**

Resultado de uma análise mais profunda de todas as particularidades, bem como da extensão da Lei Florestal do Estado do Paraná, constatamos que para sua fiel execução o órgão mais representativo é a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

No âmbito de ação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme a Lei nº 8.485/87, compreende, dentre outros a "aplicação e a fiscalização da ordem normativa de defesa vegetal e animal"; "a administração dos parques florestais do Estado".

Dentro deste contexto se enquadra a Lei Florestal do Estado do Paraná.

Para tanto, contamos com a aprovação dos Senhores Deputados nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 141/95

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a isentar as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), os Asilos e as Creches, que são mantidas por organizações não governamentais do nosso Estado, do pagamento da taxa de consumo de energia elétrica, cobrada pela COPEL, e da taxa de consumo de água, cobrada pela SANEPAR.

Parágrafo Único - Para serem alcançadas pelos benefícios de que trata o artigo 1º desta lei, as entidades deverão ser reconhecidas como de Utilidade Pública Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.95.

(aa) TOTI COLAÇO

JOSÉ MARIA

**JUSTIFICATIVA:**

São notórias, as inúmeras dificuldades pelas quais passam as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), os Asilos e as Creches, não governamentais de nosso Estado.

Muitas destas entidades, vêm se mantendo precariamente às custas de parcas contribuições voluntárias de verdadeiros amigos.

As APAEs, os Asilos e as Creches, desenvolvem, no seio da nossa sociedade, um papel de maior relevância, acolhendo e cuidando com carinho todo especial, nossas crianças, nossos deficientes, nossos idosos.

Os nobres Pares desta Casa de Leis, são sabedores do grande alcance social desta propositura, que irá contribuir sobremaneira para amenizar as dificuldades, mormente as de ordem financeira, destas entidades, que são orgulho para nossa gente.

O trabalho destas entidades deverão ficar no campo educacional, instrutivo, protetivo e não na agonia da falta de recursos financeiros para o pagamento de água e luz.

E, Senhores Deputados, de tamanho menor para o Poder Executivo acatar esta medida. É um momento ímpar de demonstrarmos o nosso sentimento de amizade e de respeito fraterno para com aqueles que realmente necessitam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Pre-

sidente, Senhores Deputados.

Eu, como cidadão paranaense, como aquele londrinense que veio para cá, na década de 70, para trabalhar, estudar, para constituir família, confesso que tenho, cada vez mais, ficado amargurado ao assistir, nas televisões, nos rádios ao abrir qualquer jornal paranaense, hoje, em verificar que o Paraná esta se transformando num imenso cassino.

Estamos aí com um plano econômico, em que a população, principalmente a classe média, reclama tanto das dificuldades que está passando, e, ao mesmo tempo, estamos vendo a constituição de empresas, que são formadas, seguramente por gente muito esperta, que estão transformando Curitiba num cassino.

Agora, Senhor Presidente, nós aqui nesta Casa, não podemos continuar impassíveis e felizmente V.Exa. instalou a CPI dos bingos, que vai apurar estas irregularidades que estão acontecendo aqui no nosso Paraná, e os Deputados Caíto Quintana e José Tavares, participarão, pelo PMDB, desta CPI que terá uma tarefa muito grande, que é inclusive de propor soluções para que aquele espírito da "Lei Zico", que é uma Lei muito inteligente, para proporcionar o fomento do esporte amador, essencialmente das modalidades olímpicas para a disputa das competições e preparação de atletas. Mas o que estamos vendo, na verdade, é uma invasão, neste Paraná, de empresas de fora, situações as mais graves possíveis.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero trazer hoje, aqui nesta Tribuna, um fato dos mais graves, que é um bingo eletrônico que está funcionando em São José. Estamos vendo no jornal, eles prometem 20.000 prêmios, é uma cartela que todos os Senhores já viram, tem lá o "disque-já", é um sistema eletrônico, o sujeito tem aqui o número da senha para ligar e saber se ele vai ganhar o prêmio ou não. É um fato muito grave porque custa dois reais e noventa e cinco centavos, por minuto de ligação, e o mais interessante é que esta empresa coloca os prêmios que são chamados prêmios-isca que é uma Pick-up D20, um jetski, uma moto cross, dois veículos Peugeot, e aí começa, 40 vídeos-cassetes, 40 geladeiras, 40 televisões, e aí 2.000 bonês, 4.000 canetas, formas de bolo, de pudim...

O que é que acontece? O cidadão pega uma senha e liga, o concurso funciona da seguinte forma: - ele abre no dia 1º de abril e vai até o dia 30. O cidadão disca e dá o número da senha, ele vai saber, na hora, se ganhou ou não.

Muito bem, vamos admitir que o concurso, só numa hipótese, que o concurso fosse sério - que não é - mas vamos admitir que fosse sério, o sujeito, Deputado Tavares,

liga no dia 05 de abril e casualmente a senha dele é da D20, todos aqueles outros que vão ligar durante o mês todo porque tem o prêmio-isca da D20 vão estar sendo vítimas de uma propaganda enganosa porque vão estar ligando para receber aquele prêmio maior do sorteio. E o mais grave. Senhor Presidente, essa empresa que se associou à São José dos Pinhais é a mesma empresa, ela apresenta as mesmas notas fiscais que servem também para a promoção do Palmeiras, do São Paulo, do Santos, da Portuguesa, para os mesmos clubes que servem no Rio de Janeiro, ou seja, isto aqui é uma vergonha para nós paranaenses termos esse tipo de bingo funcionando no Paraná.

A CPI vai ter uma tarefa enorme, até de normatizar a existência, não queremos acabar com os bingos que são importantes para que possamos ter recursos para financiar o esporte amador, mas o que temos que acabar de uma vez por todas é com a imoralidade dessas empresas de fora e que estão aqui tirando o dinheiro do povo paranaense, e aquelas outras que aqui mesmo na nossa cidade montaram esses cassinos para explorar a poupança popular.

Por isso, tenho certeza, quero em primeiro lugar agradecer aos Senhores Deputados, tenho a certeza que o Governador Lerner vai sancionar o nosso Projeto aqui desta Casa que cobra o ICMS de 7% destas empresas, das cartelas, vamos ter controle do que está acontecendo com os bingos com esse Projeto do ICMS, e ao mesmo tempo nós, paranaenses, Deputados Estaduais, com a CPI dos bingos vamos ter que normatizar isto e dar um basta para que os vivaldinos e espertalhões que estão metendo a mão no bolso do povo possam na verdade interromper esse processo e fazer com que a poupança popular, o respeito que as famílias paranaenses têm que ter seus direitos respeitados.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado. Espero contar com o apoio dos Senhores Deputados para que possamos fiscalizar a ação desses vivaldinos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais Oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PT, PSC, PTB, PDT, PFL, PSDB, PPR, PP, PMDB. Liderança do Governo.

(Todas declinam).

Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 40 Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Toti Colaço e José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A diretoria Legisla-

tiva.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins que proíbe a comercialização de brinquedos de armas de fogo que disparem projéteis através de pressão e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 09, de 06.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 25/95

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, tem por finalidade proibir a comercialização de brinquedos de armas de fogo que disparem projéteis através de pressão, bem como aqueles com características de armas verdadeiras.

Quanto ao mérito, vale mencionar a conveniência e o caráter preventivo da presente medida.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental que cabe a esta Comissão analisar, nada há que obste a sua normal tramitação pelos competentes órgãos desta Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 25/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo proibir a comercialização de brinquedos de armas de fogo que disparem projéteis através de pressão.

Ao analisar o mérito esta Comissão de Segurança Pública dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, tendo em vista o grande alcance social da proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.95.

(aa) RICARDO CHAB  
Presidente e Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná", com sede e foro nesta capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 17, de 20.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 58/95

PARECER:

O presente Projeto de Lei nº 58/95, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Paraná, com sede nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar e após o autor ter encaminhado resposta à diligência solicitada, apresentamos nosso parecer favorável à sua tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/95 de autoria do Deputado Anibal Khury que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e imóveis residenciais do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e S.P.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 22, de 22.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 066/95

PARECER:

Tem por objetivo o presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tornar obrigatório o uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e imóveis residenciais do Estado do Paraná.

Ao analisar a proposição, entende, esta Comissão de Constituição e Justiça, o grande valor meritório da mesma, que possibilitará a salvaguarda de milhares de vidas perdidas em acidentes com gás, e também, enquadrará altos padrões de segurança aos estabelecimentos e prédios residenciais que utilizem botijões de gás liquefeito de petróleo ou gás encanado de NAFTA ou natural em todo o território do nosso Estado.

No tocante a constitucionalidade e legalidade da proposição, aspecto do qual a Comissão de Constituição e Justiça regimentalmente é chamada a opinar, não encontramos nada que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 066/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e imóveis residenciais do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou favoravelmente e ao analisar a presente proposição esta Comissão de Finanças não encontrou nenhum óbice para a sua normal tramitação nesta Casa de Leis e a apóia integralmente tendo em vista o grande alcance social da mesma.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.04.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 066/95

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente plano de lei tem por finalidade tornar obrigatório o uso de aparelho de sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e imóveis residenciais do Estado do Paraná.

Em análise a referida matéria, não encontramos nenhum óbice de natureza regimental, constitucional ou legal que possam impedir a tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Diante disto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.95.

(aa) RICARDO CHAB

Presidente e Relator

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, gostaria de discutir esse projeto de sua autoria, que trata da colocação do sensor nas residências e nos estabelecimentos comerciais e industriais, para dizer o seguinte: quero cumprimentar V.Exa. pela iniciativa, louvar a sua preocupação.

Realmente, nunca ocorreram tantos acidentes decorrentes de explosões de gás, e é realmente uma preocupação que, tenho certeza, esta Casa toda se soma com a feliz iniciativa de V.Exa., mas me preocupo, e tivemos aqui na Casa, uma matéria, não com o mesmo objeto, mas semelhante à de Vossa Excelência que foi a implantação da

medição individual de consumo de água, e na oportunidade, ouvimos os diferentes segmentos para discutir a matéria, e o saldo foi altamente positivo na medida em que corrigimos, na época, com relação àquele projeto de medição individual de água, que seria a democratização do consumo de água, ao contrário do que acontece hoje e evoluímos para um substitutivo que sem dúvida, veio aprimorar um projeto, na época, de iniciativa do Deputado Heinz Herwig e foi transformado em lei. Estamos agora, lutando pela sua regulamentação.

O de Vossa Excelência, tem um mérito ainda maior, porque enquanto aquele, do Deputado Heinz se preocupava com o consumo da água, o de Vossa Excelência se preocupa com a segurança das pessoas.

Inegavelmente é de maior alcance, porque ele se preocupa preventivamente com a vida das pessoas, mas na Comissão de Segurança Pública, e é isso o que eu gostaria de colocar aqui ao Plenário e a Vossa Excelência muito especialmente, - quando o projeto foi discutido, fiz uma proposta e a Comissão aprovou, por unanimidade, para que ouvíssemos o Corpo de Bombeiros, o Instituto de Criminalística, o CREA, o SINDUSCON, SECOVI que são Sindicatos ligados à área da construção civil e de locação, para discutirmos a aplicabilidade da matéria oportunamente colocada por Vossa Excelência.

Pondero a Vossa Excelência, como nosso Presidente, da oportunidade dessa nossa sugestão na Comissão de Segurança Pública, se deveremos ou não ouvir essas autoridades com relação à aplicabilidade ou se simplesmente vamos aprovar o projeto nos termos em que se encontra, sem termos uma certeza da sua efetiva aplicabilidade dado o seu alcance e a sua grande relevância.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto foi aprovado em 1ª discussão, mas a Mesa, após essa aprovação, vai retirá-lo da ORDEM DO DIA e conversará com Vossa Excelência e com as Lideranças, a fim de que a gente possa examinar com o cuidado necessário, junto àquelas partes interessadas, da objetividade do Projeto.

O SR. JOSÉ TAVARES - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A CPI do Bingo tem as seguintes indicações: Caíto Quintana, José Tavares, Antonio Anibelli, Valdir Rossoni, Emerson Nerone, Reny Borsatto e Jocelito Canto.

A Mesa solicita que essa comissão se instale e eleja o seu Presidente o mais breve possível a fim de que possamos tomar algumas providências contra essa verdadeira onda de bingos.



O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já está indicado. A Mesa aqui é rápida.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Também estamos indicando o Deputado Walmor Trentini para a CPI da SANEPAR. Está chegando oficialmente aí na Mesa.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/95 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Parque Monte Castelo, Vale das Flores e Jardim das Violetas", com sede e foro no município de Colombo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 29, de 04.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 095/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, declara de Utilidade Pública, a "Associação de Moradores do Parque Monte Castelo, Vale das Flores e Jardim das Violetas", com sede e foro no Município de Colombo.

A iniciativa atende ao preceituado na Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, não existindo impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nessa Casa de Leis.

O exame da documentação anexa à matéria permite verificar que a referida entidade cumpre papel relevante junto a comunidade que representa.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável ao projeto de lei, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.04.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
BASTILIO ZANUSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimentos de nºs 990 e 991, de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 992 e 993, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 994 e 995, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 974, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior. **Não recebido pela Mesa. Arquite-se.**

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02 de maio, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/95.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 025, 058 e 095/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
12ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa  
PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
TERMO DE ATA

Aos dezoito dias do mês de janeiro de mil novecentos e noventa e cinco, às dez horas, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilton Barbosa, e Basílio Zanusso, para realizar a 1ª Reunião Extraordinária desta Comissão. Não havendo número legal, o Senhor Presidente da Comissão, Senhor Deputado Nilton Barbosa somente acatou um Ofício da APASDE - Associação das Senhoras dos Deputados Estaduais, e determinou que os processos pendentes, como a prestação de contas do Governo do Estado, exercício de 1992, Proposição 28/93, ficasse então, para a próxima legislatura. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei o presente TERMO DE ATA, que após lido e achado conforme, será assinado pelo Senhor Presidente e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA  
Presidente  
Maria Regina Subtil  
Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
13ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Justus, Luiz Claudio Romanelli, Carlos Simões, José Tavares, Toti Colação, Basílio Zanusso, Beto Richa, Emerson Nerone, Walmor Trentini, Valdir Rossini, Antonio Annibelli e Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente



deu por aberta a presente reunião e após discussão e votação, aprovou-se as atas das sessões anteriores. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 101/95 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 87/95 dos Deputados Anibal Khury e Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 104/95 do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 31/95 do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 78/95 do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer Favorável do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 66/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 07/95 do Deputado Neivo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL, na forma da Emenda Modificativa, do Deputado Luiz Romanelli - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 13/95 do Deputado Cesar Selme. O Deputado Luiz Romanelli, Relator, requer conversão em diligência - DEFERIDO; 9) Projeto de Lei n° 37/95 do Deputado Nelson Tureck. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Luiz Romanelli - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 83/95 do Deputado Beto Richa. O Deputado Carlos Simões, Relator, requer diligência - DEFERIDO; 11) Projeto de Lei n° 57/95 do Deputado Péricles de Mello e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões e voto em separado, contrário, do Deputado Valdir Rossoni. O Deputado Nelson Justus concorda com o voto em separado, por ser a matéria inconstitucional, cabendo a esta Comissão ficar atenta. O Deputado Luiz Romanelli também se manifesta favorável ao voto em separado do Deputado Valdir Rossoni e diz que acima das paixões partidárias, devem estar nessa Comissão agindo pela legalidade. O Senhor Presidente esclarece que regimentalmente colocará em votação o parecer do Relator e que uma vez rejeitado será votado o voto em separado. Este aceito, passa a ser da CCJ. Caso o primeiro parecer seja aprovado, prejudicará o voto em separado. O Deputado Emerson Nerone pede vistas e o Senhor Presidente diz não mais ser possível, pois abriu vistas na reunião anterior, com prazo em comum para todos que desejassem. O Deputado Emerson Nerone diz seu pedido de vistas estar baseado em um fato novo ao Projeto, que é o voto em separado do Deputado Valdir Rossoni. O Deputado José Tavares sugere que deixe esta matéria para o final da reunião, dando tempo para o Deputado Emerson Nerone analisá-la. O Senhor Presidente acata a sugestão e prossegue os trabalhos. 12) Projeto de Lei n° 02/95 do Deputado Basílio Zanusso. O Deputado José

Tavares havia pedido vistas e o devolve, alertando para um erro na lei votada por esta Casa de leis em 1994, e o projeto pretende revogar uma alínea da lei, no Governo Roberto Requião que tornou obrigatória exigência do 2° grau para suplente de delegado, que na realidade é de assistente de segurança pública. No Artigo 1°, erroneamente, fala em suplente e no 4° fala de assistente de segurança. O referido Projeto, seguindo a lei errada, revoga um item relativo a figura de suplente, onde deveria ser assistente de segurança. O Deputado José Tavares diz que isso é para mostrar que se deve ter cuidado nesta Casa ao legislar porque depõe contra esta, Instituição. Lembra que a figura de assistente de segurança teve origem no Governo José Richa, porque o PMDB na época defendia a regularização de uma figura esdrúxula no Paraná, que era o Delegado Calça-Curta, que exercia o cargo de Delegado e não percebia nenhum centavo pelo exercício daquela função. Isso foi uma luta e que o Governador Richa materializou no seu governo. O governo Requião inovou, colocando alguns requisitos para a pessoa ocupar esse cargo, e um desses requisitos era a exigência de 2° grau. Acredita ser uma exigência exagerada da Casa continuar apoiando essa determinação da lei que foi votada em 1994. Devolve, e se manifesta contrário ao parecer do Deputado Relator e favorável a eliminação dessa exigência do 2° grau para o cargo de assistente de segurança. O Deputado Autor, Basílio Zanusso pede que seja transferido para a próxima reunião, a votação do referido projeto de lei. O Senhor Presidente defere. 13) Proposição Veto n° 122/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 14) Projeto de Lei n° 62/95 do Deputado Cesar Selme. O Deputado José Tavares, Relator, requer diligência - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei n° 93/95 do Deputado Antonio Belinati. O Deputado Relator, José Tavares requer diligência. DEFERIDO; 16) Projeto de lei n° 59/95 do Deputado Augustinho Zucchi. O Deputado Relator, Toti Colaço, requer diligência - DEFERIDO; 17) Projeto de Lei n° 49/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 50/95 do Poder Executivo Parecer. FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO, com votos contrário dos Deputados Luiz Cláudio Romanelli e Emerson Nerone; 19) Projeto de Lei n° 51/95 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 79/95 do Deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 21) Projeto de Lei n° 75/95 do Deputado Anibal Khury. Fica o presente transferido para o final da reu-

nião. 22) Projeto de Lei nº 30/95 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 23) Projeto de Lei 99/95 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 24) Projeto de Lei 98/95 do Deputado Basílio Zanusso. O Deputado Relator, Antônio Annibelli, requer diligência - DEFERIDO; 25) Projeto de Lei 08/95 do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 26) Projeto de Lei 21/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Belinati - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 63/95 do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Annibelli - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 11/95 do Deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Wal-mor Trentini - APROVADO. O Deputado Nerone retorna com o Projeto de Lei nº 57/95 (item 11 desta ata), solicitando neste caso o mesmo tratamento dado ao Projeto de Lei 02/95 (item 12). O Senhor Presidente diz por se tratar de caso excepcional fará consulta ao Plenário desta Comissão, uma vez que pedido de vista não pode ser renovado, sendo comum a todos os Membros. Os Deputados votam pela transferência do referido Projeto para a próxima reunião. 29) Projeto de Lei 41/95 do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Emerson Nerone com Emenda Substitutiva - APROVADO; 30) Projeto de Lei 42/95 do Deputado Plauto Guimarães que dispõe que os valores provenientes do recolhimento de multas, por parte dos proprietários de veículos automotores, decorrentes do sistema de estacionamento regulamentado, re-

verterão em 30% ao município beneficiado. Concedido vistas ao Deputado José Tavares; 31) Projeto de Lei 89/95 do Deputado Sâmis da Silva. O Deputado Relator, Emerson Nerone, requer diligência - DEFERIDO; 32) Proposição Veto nº 02/95 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei 442/94 do Deputado José Afonso Junior. Parecer Favorável do Deputado Beto Richa - APROVADO; 33) Projeto de Lei 19/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO. O Deputado Basílio Zanusso questiona o horário das reuniões desta Comissão, as treze e trinta horas e sugere que seja alterado. O Deputado José Tavares diz que a CCJ da Câmara dos Deputados se reúne sempre pela manhã, nunca em horário próximo ao do Plenário. O Senhor Presidente diz que quando assumiu a Comissão procurou seguir o horário de sempre, mas que tem esta preocupação por não ser suficiente para realizar as reuniões. Consulta os Membros sobre o Projeto de Lei 75/95, com regime de urgência (item 21) e atendendo sua decisão, transfere-se para a próxima reunião e que seja feito um requerimento da CCJ para a retirada da Ordem do Dia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA  
Presidente  
Ana Lúcia Andretta  
Secretária